Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres

Crítica à Sociedade de Mercado

Cadernos Sempreviva

Uma publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Série Economia e Feminismo

1. Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado (2007)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e desigualdade (1997)
2. Gênero e agricultura familiar (1998)
3. Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista (1998)
4. Gênero e educação (1999)
5. O trabalho das mulheres: tendências contraditórias (1999)
6. Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista (2000)
7. Economia feminista (2002)
8. A produção do viver: ensaios de economia feminista (2003)
9. Desafios do livre mercado para o feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, corpo e saúde (2000)

S586t

SOF Sempreviva Organização Feminista
Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado/ Maria Lúcia Silveira e Taís Viudes de Freitas. São Paulo: SOF, 2007.
96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 1)

1. Divisão Sexual do Trabalho 2. Corpo
3. Sociedade de Mercado 4. Feminismo I.Título

CDU – 396

Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres

Crítica à Sociedade de Mercado

TAÍS VIUDES DE FREITAS
MARIA LÚCIA SILVEIRA

São Paulo, 2007

SOF Sempreviva Organização Feminista

Diretoria
Presidenta: Maria Luiza da Costa
Vice-presidenta: Rosângela Dias Oliveira da Paz
1.ª secretária: Tatau Godinho
2.ª secretária: Ângela das Graças Oliveira Santos
1.ª tesoureira: Marilane Oliveira Teixeira
2.ª tesoureira: Denise Gomide Carvalho
Conselho Fiscal: Alice Mitika Koshiyama, Anderson de Souza Campos, Beatriz Costa Barbosa.

Composição da Equipe

Equipe Técnica
Nalu Faria (coordenadora geral)
Miriam Nobre
Sonia Maria C. G. Orellana
Neide Yamaguchi
Maria Fernanda P. Marcelino
Neuza Tito
Renata Moreno
Alessandra Terribili
Camila Furchi

Equipe Administrativa
Laís Sales Costa (gerente administrativa)
Andréia do Nascimento Pereira
Elaine Campos Bruno

Apoio e Manutenção
Antônio Pinheiro Maciel Filho

Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
CEP 05417-080 São Paulo SP – Brasil
Tel/fax: (011) 3819 3876
correio eletrônico: sof@sof.org.br
http://www.sof.org.br

Edição
Edição de texto e editoração (miolo): Morissawa Casa de Edição
Capa: Carla Sarmento

Esta publicação teve apoio financeiro da: **Fundação Heinrich Böll**

Impressão
Comércio e Indústria Multiformas Ltda.
Tiragem: 2.000 exemplares

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Este caderno aborda dois temas fundamentais para a análise feminista do modelo atual. O primeiro é a divisão sexual do trabalho e o segundo, a mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

A elaboração dos dois textos faz parte dos processos de trabalho em economia feminista que a SOF desenvolve com a REF (Rede Economia e Feminismo) e a REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia).

O questionamento da economia capitalista a partir do feminismo tem como um de seus elementos centrais a compreensão da divisão sexual do trabalho como base material da opressão contra as mulheres, que estrutura o modelo atual. Como parte das articulações dos movimentos sociais no continente, a REMTE identificou como necessária a politização desse tema, para tornar visíveis as expressões da divisão sexual do trabalho e seus vínculos com o modelo, buscando ações e propostas de mudanças no contexto mais geral de debate sobre alternativas para o continente.

O artigo "Cenário atual da divisão sexual do trabalho", de Taís Viudes de Freitas, foi elaborado para contribuir com esse objetivo da REMTE. Além de apresentar alguns debates atuais sobre a divisão sexual do trabalho, faz um levantamento dos estudos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil e que dão visibilidade a esse tema. As pesquisas analisam o modo de incorporação do trabalho das mulheres em alguns setores do mercado de trabalho, que revela, na maioria das vezes, aumento da informalidade e da precarização.

Economia feminista como uma visão anti-sistêmica foi o eixo em torno do qual a REMTE estruturou e realizou um processo de formação em 2007. Dividida em uma fase virtual e outra presencial, esse processo envolveu mulheres de 15 países.

O curso virtual “Economia Feminista: uma visão anti-sistêmica” teve como objetivo consolidar uma visão comum sobre as perspectivas teóricas e os conceitos da economia feminista, além de desenvolver uma compreensão mais profunda sobre os enfoques teóricos e analíticos em temáticas específicas relacionadas com as linhas de trabalho da REMTE. O curso também estimulou uma prática de reflexão e troca de conhecimentos que contribui para enfrentarmos o desafio de produzir pensamento próprio.

O artigo “A mercantilização do corpo e da vida das mulheres – alinhavando reflexões”, de Maria Lúcia Silveira, foi produzido especificamente para uma aula do curso virtual, a fim de analisar uma das questões-chave do neoliberalismo, que é a expansão da mercantilização para todas as esferas da vida.

Com a publicação desses artigos, pretendemos difundir os acúmulos do feminismo na crítica à sociedade de mercado, a fim de fortalecer a convicção de que é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e de que uma transformação radical da realidade mundial só é possível com o fim da opressão sobre as mulheres.

NALU FARIA

A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO E DA VIDA DAS MULHERES

ALINHAVANDO REFLEXÕES

Maria Lúcia Silveira*

Começamos nossa reflexão fazendo referência a uma obra original e de grande impacto nas ciências sociais, publicada originalmente em 1944, que apóia nossa persistência na crítica ao neoliberalismo. Trata-se de *A grande transformação – As origens de nossa época*, de Karl Polanyi (1988).

Nessa obra, Polanyi analisa a revolução liberal no mundo ocidental, no século XIX. Ele demonstra que os princípios da teoria econômica liberal, baseados na economia de mercado, e suas conseqüências no século XX, nunca foram tão liberais assim. Houve condições sociais específicas e políticas especiais que deram origem à "fé verdadeira na salvação do homem através do mercado auto-regulável": o padrão ouro internacional, que permite o comércio e as transações financeiras internacionais; o mercado auto-regulável; e o Estado liberal não-intervencionista. São instituições que, equilibradas por um tempo determinado, nada tinham que ver com a "mão invisível" dos interesses do *homo economicus* e que dependeram de um pacto político internacional intervencionista de um sistema financeiro integrado para garantir a vigência do padrão ouro (Schwartzman,1980). Esse equilíbrio

* Socióloga e colaboradora da SOF.

nada "natural", como reza a cartilha econômica liberal, foi rompido nos anos 20 e 30 do século XX. As teorias econômicas vão definindo a primazia do mercado.

Polanyi procurou evidenciar, em pesquisas históricas e antropológicas, que a atividade econômica no passado esteve embutida e integrada em outras atividades sociais, e que o predomínio do mercado não é algo natural, mas um fenômeno moderno:

> "[...] a história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente" (p. 66).

O autor argumenta que a ordem na produção e distribuição se dava por dois princípios: reciprocidade e redistribuição. Podemos, então, considerar a proposta de *paradigma da sustentabilidade da vida*, defendida por Cristina Carrasco, como tendo validade teórica e histórica de longa duração no passado, sendo, portanto, uma utopia realista.

Em seu estudo aprofundado do liberalismo econômico, Polanyi afirma:

> "Foi somente nos anos 1820 que ele [o liberalismo econômico] passou a representar os 3 dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria se sujeitar a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país em país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, unir mercado de trabalho, o padrão ouro e o livre-comércio" (p. 141).

Logo a seguir, ele acrescenta que: “até mesmo o *laissez faire*, o livre comércio e a competição exigiam a intervenção para poder funcionar” (p. 153).

Polanyi considera que só uma sociedade verdadeiramente democrática, como deveria ser a socialista, pode subordinar o mercado à sociedade. O autor tinha um tom otimista, embora cauteloso; não imaginava a vigência da atual ordem internacional, que despreza as análises dos teóricos marxistas, partindo de Marx, em *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1992), de que o ser humano é um ser social, antes de um ser econômico (ver Lukács, 1969, por exemplo).

Depois dessa reflexão inicial, podemos nos deter nas análises que a teoria crítica faz, retomando a teoria marxista do fetichismo da mercadoria na sociedade capitalista, lembrando também da frase inicial de Marx, no primeiro capítulo de sua obra *O capital*, sobre ser a sociedade capitalista um imenso “arsenal de mercadorias”.

O fetichismo que impregna a forma mercadoria cria a ilusão de que as coisas têm valor em si, escondendo o essencial: que nelas estão investidos produtos do trabalho humano. Esse processo de as coisas se relacionarem entre si como se tivessem vida e de as pessoas passarem a ser vistas como coisas ou de se relacionarem como tais foi se generalizando cada vez mais, desde que Marx o descreveu no primeiro capítulo de *O capital*:

> “Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] É o que acontece com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias” (1975: p. 81).

Nesse aspecto, detém-se o conceito de *reificação* (o processo de tornar coisa), que se refere ao processo de transformação de todas as relações em relações entre coisas, mais precisamente à expansão da mercantilização a todas as esferas da vida. Tema caro esse à teoria crítica da sociedade, tratado pela Escola de Frankfurt. Por exemplo, Adorno, quando trata da indústria cultural, mostra como o capitalismo transformou a cultura e a arte contaminando-as com a lógica da mercadoria.

A essência da estrutura mercantil, das condições sociais e econômicas do capitalismo moderno, é o fato de uma relação entre as pessoas assumir um caráter de "coisa", uma objetividade ilusória, dotada de uma lógica própria, que esconde seu aspecto mais fundamental: seu aspecto de relação social.

Segundo Lukács (1969), a mercadoria só pode ser entendida em sua essência "como categoria universal do ser social total", que define não só a evolução concreta da sociedade, mas também a consciência das pessoas a respeito desta. A consciência está submetida às formas da "coisificação" (*reificação*). O resultado da relação mercantil é que a relação entre pessoas permanece escondida, e o que vemos em seu lugar é a relação fantasmagórica entre coisas que parecem se mexer sozinhas – as mercadorias e seu movimento no mercado. Isso transparece hoje na forma como a questão da pobreza é abordada nos discursos das instituições financeiras multilaterais: como um problema objetivo, desconectado das políticas dessas mesmas instituições, a ser reduzido ou erradicado como uma doença. Essa naturalização e criação de um objeto de lógica interna independente oculta o caráter mais essencial da pobreza – não uma relação de bens, mas uma relação desigual e opressiva entre pessoas.

O fenômeno de *reificação* separa as pessoas de sua própria atividade: nosso trabalho e, por extensão, nossa ação no mundo nos parecem constantemente dominados por leis alheias, as leis de circulação das coisas no mercado. Toda mulher, às vezes, não se surpreende pensando que não faz idéia da razão por que tem de ter "boa aparência" e flexibilidade para conseguir qualquer emprego? Os critérios de beleza e capacidade, e daquilo que queremos ser estão sendo determinados, nesse caso, pelo mercado de trabalho. É claro que essas "leis das coisas como são" podem até ser conhecidas e mesmo usadas por um indivíduo para levar alguma vantagem, mas permanecem irremediavelmente alheias, dotadas de um poder próprio intransponível. A ordem do mercado pode até mesmo ser usada a nosso favor; a promessa do *self made man* individualista se repete diariamente, mas não nos é concedida nenhuma influência importante sobre a lógica de seu funcionamento real por nossa própria ação e vontade.

Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (1999), retoma sua teoria também sobre a economia das trocas simbólicas (p. 56). Essa abordagem, importante talvez para a economia feminista, recusa a separação entre os estudos materialistas e os simbólicos.

Bourdieu considera que o princípio da exclusão e da submissão feminina é a desigualdade fundamental entre sujeito (que age) e objeto (que é manipulado), ou seja, entre agente e instrumento, que inferioriza as mulheres. Nesse sistema, a mulher só pode ser objeto, símbolo cujo sentido é definido independentemente de sua ação e vontade. Ela se torna, na sociedade, aquilo que é nas propagandas de cerveja: um símbolo cuja função é perpetuar e aumentar o poder ou "capital simbólico" detido pelos homens.

Lévi-Strauss (1969) considera que toda sociedade está fundada na instituição da troca obrigatória de mulheres entre grupos, estabelecida com base no tabu do incesto. Esse fenômeno fundador, entendido por muito tempo como ato de comunicação feliz entre os homens, é, ao mesmo tempo, a instituição da violência, que nega às mulheres a condição de agentes, de sujeitos da troca, e da aliança entre homens de tribos ou grupos diferentes, que se estabelece através delas e as reduz a instrumentos simbólicos da política masculina. A dominação masculina faz das mulheres objetos: *ser* uma mulher é *ser percebida* pelo olhar e pelo discurso dos outros.

O corpo da mulher é, portanto, duplamente determinado pela sociedade: em primeiro lugar, porque mesmo sua aparência mais natural é definida na sociedade (trabalho, alimentação) e, em segundo lugar, porque a percepção dessas características e sua avaliação dependem de uma posição social. As categorias que usam tendem a opor e hierarquizar propriedades mais freqüentes entre dominantes e dominados (magro/gordo; grande/pequeno; elegante/grosseiro; leve/pesado).

De acordo com Bourdieu (1999: p.16-19), essa condição coloca as mulheres em um estado permanente de insegurança em relação ao corpo, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem para o e através do olhar dos outros, como objetos acolhedores, atraentes, disponíveis. O padrão dominante de "feminilidade" geralmente não é outra coisa senão a complacência com as expectativas masculinas reais ou imaginadas. Basta olhar ao redor para perceber que o mercado onipresente de produtos e serviços da "feminilidade" se baseia na exploração e na naturalização dessa dependência.

A globalização se caracteriza por uma expansão do domínio do mercado, da mercantilização, que algumas pessoas consideram semelhante aos processos que deram origem ao sistema capitalista. Estes se basearam no uso da violência para tomar campos ou recursos naturais, meios de vida das pessoas e integrá-las ao sistema capitalista. O capitalismo expandiu-se não apenas colonizando regiões do planeta em que as sociedades estavam organizadas de maneira diferente, mas também ocupando mais dimensões da vida em sociedade. A educação, por exemplo, já foi parte da vida comunitária, já foi organizada pela religião e entendida como um dever e função do Estado, mas hoje é organizada pelo mercado, comprada e vendida como um serviço. É no contexto desse avanço da globalização neoliberal, marcado por formas violentas, por mercados da guerra e de dispositivos e serviços de segurança, que se organizam as lutas por um outro mundo possível (SOF, mimeo, 2005).

Outro autor frankfurtiano que contribuiu para a reflexão sobre os processos de mercantilização, criticando o capitalismo por criar falsas necessidades, foi Marcuse (1968), que abordou a questão do consumo e da alienação das pessoas no capitalismo tardio. Ele inspirou os movimentos libertários nos anos 60 e 70, entre eles os feministas, construindo também a crítica ao consumismo, que encobre o conflito entre as necessidades dadas e as possíveis e seus efeitos no desejo e na subjetividade:

> "As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, hi-fi, casa em patamares, utensílios de cozinha. O próprio mecanismo que ata o indivíduo a sua sociedade mudou, e o controle social está ancorado nas novas necessidades que ela (a sociedade) produziu" (p. 31).

A expansão da produção capitalista e as conseqüentes necessidades manipuladas pelo sistema, naturalizando o consumo, introduzem a lógica da mercadoria na busca de novos mercados, ou seja, a "educação das massas consumidoras" é regida pelo valor de troca.

No modelo de acumulação flexível (Harvey, 1994), é necessário gerar uma demanda que dê conta da oferta que as empresas podem disponibilizar no mercado. Desse modo, no circuito da mercantilização, todas as esferas da vida vão sendo invadidas e se criam "receitas de vida".

O filósofo Bauman (1998) trata dos efeitos da dinâmica consumista acentuando a velocidade, a volatilidade e a efemeridade de produtos, modos e técnicas de produção, mas também de idéias, práticas e relações sociais. De acordo com ele, "novas 'utilidades' devem ser criadas para abrir espaços a novos produtos especializados ainda não oferecidos" (p. 86). Isso nada mais é do que uma manifestação da obsolescência programada do cálculo da racionalidade instrumental do sistema capitalista globalizado.

Podemos agora, com essa bagagem teórica, chegar ao nosso tema de mercantilização atual da vida das mulheres, uma categoria social-chave no processo da economia capitalista globalizada. Antes, porém, vamos recorrer a um outro autor crítico radical do capitalismo, Robert Kurz. Em seu artigo denominado "Não rentáveis, uni-vos" (2003), ele escancara o fato de que a lógica subjacente ao sistema capitalista resume-se a que, "no fundo, só tem direito à existência quem ou o que é rentável", ou seja, para esse autor "a cobiça capitalista de sugar a energia vital humana está obrigada a seguir esse padrão". Diretamente em relação ao nosso tema, Kurz esclarece em sua análise que:

"Originalmente, para que o capitalismo deixasse a humanidade viver, as 'necessidades não rentáveis' eram da competência das mulheres. Mas o processo de valorização não desprezaria de modo algum a carne feminina, ou seja, 'o nervo, o músculo, o cérebro' (Marx). As mulheres seriam então oneradas com uma dupla carga. Tanto faz se se trata das sociedades capitalistas de Estado do antigo bloco do Leste, dos centros ocidentais ou das favelas do terceiro mundo: após o expediente, para elas começava e ainda começa, verdadeiramente, a reprodução para a parte da vida "inválida de viver" do ponto de vista capitalista.

As mulheres sozinhas teriam sucumbido há muito tempo sob esse fardo ou a sociedade teria se dissolvido. Por isso, o Estado, adicionalmente, tinha de criar as áreas secundárias, derivadas, da "vida inválida de viver" fora da rentabilidade, por meio de impostos, tributos e sistema de seguro, portanto, de certa maneira através da sangria do processo rentável [...]. Isso foi possível, enquanto o processo de valorização estava historicamente em ascensão e pôde absorver cada vez mais trabalho rentável.

Porém, com a terceira revolução industrial, a expansão paralisou-se. A régua de medida da rentabilidade está demasiado elevada, cada vez mais válidos para o trabalho caem fora. [...], a 'sangria' para as áreas secundárias esgota-se.

Torna-se visível a cabeça de medusa da lógica capitalista intrínseca, até agora oculta. No mundo inteiro, os 'não rentáveis' têm que experimentar a respectiva 'invalidez da vida' absoluta ou relativa. [...] Esse sistema já não se deixa iludir na sua animosidade contra a vida. É o próprio absurdo do princípio da rentabilidade que tem de cair: Não rentáveis de todos os países, uni-vos!"

Desse ponto de vista da exacerbação do modelo neoliberal, a expansão da mercantilização de todos os setores da vida tem sido marcada por novas instituições, como a OMC (Organização Mundial do Comércio), a serviço das grandes empresas capitalistas. Nesse novo espaço de pacto político-econômico que se sobrepõe à soberania dos países, os interesses das transnacionais vêem-se protegidos pela mercantilização que se expande a novas áreas, antes terreno dos fundos públicos dos Estados, como os de educação, saúde, produção de conhecimento, e assim por diante, áreas não totalmente rentáveis, que, a partir dos anos 1990, ca´íram sob a mira do "livre comércio".

É nesse contexto que adquire centralidade a mercantilização da vida das mulheres na globalização. Para introduzir essa análise, vamos recorrer a um trecho do *Caderno da Marcha Mundial de Mulheres no Brasil*, elaborado para seu Encontro Nacional de 2006, que elenca as principais questões da problemática da mercantilização:

> "Hoje as novas fronteiras do mercado estão avançando sobre nossos direitos, sobre o meio ambiente, a genética dos seres vivos, sobre os conhecimentos, a criatividade dos seres humanos.
>
> As lutas feministas atuais e a construção da Marcha Mundial de Mulheres acontecem no contexto dessa expansão.
>
> O crescimento da prostituição também é parte da tendência global de organização da sociedade segundo regras de mercado, que determinam que tudo na vida pode e deve ser vendido.
>
> A mercadoria é uma forma generalizada, um modo de organização do mundo e das relações entre as pessoas, que

esconde as formas de opressão e se impõe cada vez mais contra os direitos que já conquistamos ou ainda lutamos para conquistar.

Construir conhecimento crítico sobre esse processo, forma de organização e ação autônoma das mulheres que respondam a essa realidade é uma das tarefas do feminismo anticapitalista.

O mercado tornou-se uma forma de organização da economia e, portanto, uma forma que nos estão impondo para organizar nossas vidas e para definir o que é ser mulher. Na vida do mercado, ser mulher é ser flexível e ter paciência para aceitar condições de trabalho cada vez piores, com menos salários e mais desemprego. É sacrificar-se trabalhando na informalidade sem nenhuma garantia de direitos. É depois de um dia de trabalho sentir-se no dever de cuidar sozinha da casa, das crianças, das pessoas doentes, e acreditar que isso é melhor que dispor de serviços públicos de saúde e educação, que serviços públicos são coisas do passado, que se queremos hospitais e escolas de qualidade, temos que pagar o preço. Na vida de mercado, a mulher que depois de tudo isso se sente cansada, deve comprar numa farmácia as novas drogas que prometem dar fim às dores do corpo e da alma.

Nesse sistema, que é ao mesmo tempo machista e capitalista, o lugar reservado às mulheres é tornarem-se mercadorias, objetos. Na publicidade a mulher é constantemente representada assim: como um objeto de consumo, que para ter valor tem que seguir um padrão. Para atingir este padrão ela deve aceitar as condições do mercado e consumir uma enorme quantidade de produtos e serviços.

A exposição da imagem e do corpo das mulheres como objeto contribui muito para colocá-las num estado perma-nente de

insegurança com relação ao corpo: elas têm que existir para o olhar dos outros, como objetos acolhedores, atraentes e disponíveis. A definição da "feminilidade" é marcada pela dependência com relação às expectativas masculinas reais ou imaginadas. Basta olhar ao redor para perceber como estamos cercadas de produtos e serviços de "feminilidade", que se baseiam na exploração e naturalização dessa dependência.

A magreza das supermodelos é esperada daquelas que "se cuidam" como "boas mulheres". Hoje cada vez mais jovens sofrem com bulimia, anorexia, doenças que estão entre as principais causas de morte das jovens, segundo a Organização Mundial de Saúde. À imposição da magreza, soma-se o poder inquestionável da ciência e dos médicos com a ideologia da eficiência e das soluções imediatas típicas do neoliberalismo.

As formas do corpo da mulher, historicamente controladas, hoje também podem ser compradas segundo os padrões da moda. Segundo o secretário-geral da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, a quantidade de adolescentes que colocam prótese de silicone aumentou 300% nos últimos dez anos. Em 2003 foram realizadas 400 mil cirurgias plásticas no país. O crescimento do mercado também se dá por sua expansão para as mulheres do meio popular através de pagamentos parcelados, consórcios ou dívidas com agiotas. [...]

A sociedade organizada como um mercado total, em todos os terrenos da vida, reduz as mulheres a uma coisa, seja na indústria da prostituição e da pornografia, seja na forma como nos expõe na publicidade e manipula nossos sonhos e desejos para aumentar o consumo. A reprodução da opressão

machista, que mantém as mulheres dependentes e vulneráveis, é fundamental para que as empresas transnacionais possam continuar superexplorando sua força de trabalho invisível. O trabalho das mulheres é utilizado como mercadoria barata nos empregos precários, no setor informal e também nos lares. O capital também sobrevive e cresce repassando para o âmbito privado os custos do bem-estar social abandonado pelos Estados neoliberais.

Para isso tem que vender a imagem da supermãe que se desdobra entre várias jornadas graças à comida rápida e aos eletrodomésticos comprados a crédito. Também é graças à insegurança das mulheres do Sul que a maior parte das empresas transnacionais pode aumentar seus lucros vendendo medicamentos, cirurgias, cosméticos e alimentos tóxicos como promessas de felicidade.

Por que deveríamos viver sob as leis do mercado? Por acaso somos mercadorias? É isso que nos dizem nossos governos quando assinam acordos nos quais os interesses das transnacionais valem mais que nossa luta histórica por autonomia e democracia.

[...] A desconstrução dos mecanismos do mercado, da exploração do trabalho às pressões da mídia, passando pelas novas e velhas formas de controle do corpo, vai ao coração do sistema capitalista e nos permite, a partir da experiência cotidiana das mulheres, fazer relações entre as situações de opressão e o funcionamento da ordem econômica."

Uma das formas de demonstrar a crescente mercantilização das esferas da vida na globalização, que não só lança as mulheres nas desigualdades de gênero e intragênero, mas, nesse caso, as acentuam, diz respeito à mobilidade das imi-

grantes do Sul em áreas específicas de serviços – como o de cuidados – em direção a países de renda alta do Norte. O cotidiano de pobreza desse grande contingente nos leva a atentar para as redes globais de serviços de cuidados que aprofundam as novas modalidades de divisão internacional e sexual do trabalho (ver Hirata, 2003).

Segundo atestam Cunha e Fuentes (2006):

> "Para os países com baixas taxas de crescimento, a exportação de trabalhadoras como prestadoras de serviços domésticos e de cuidados tem-se convertido em uma fonte cada vez mais importante de divisas – como resultado de remessas regulares para gerar e/ou complementar a renda familiar, e da absorção de trabalho em uma situação de desemprego crônico. As rendas obtidas por estas mulheres migrantes financiam as importações, ampliam o mercado consumidor, aumentam a renda *per capita* nacional e aumentam os índices de poupança e investimentos. Mas [...]as vantagens tendem a ser de natureza mais econômica, ao passo que os custos são, principalmente, sociais.
>
> De fato, muitas mães – algumas delas chefes de família – saem em busca de trabalho remunerado para assim assegurarem a reprodução cotidiana de suas famílias. Um número crescente dessas mulheres cruza fronteiras, deixando seus lares e famílias, por períodos prolongados de tempo.
>
> Um esforço de avaliação dos impactos da globalização sobre as mulheres é desenvolvido por Hochschild (2000), em seu estudo sobre as redes globais de serviços de cuidados (*global care chains*). Trata-se de cadeias que ligam pessoas – quase sempre mulheres – através do globo por meio de serviços de cuidados, remunerados ou não. Estas redes globais de cuidados se multiplicam em vários níveis. Um exemplo típico é o seguinte: '1)

> a filha mais velha de uma família pobre cuida de seus irmãos e irmãs enquanto 2) sua mãe trabalha como babá cuidando dos filhos de uma imigrante que, por sua vez, 3) cuida de uma criança em uma família num país rico' (p. 131).
>
> Impactos dessa 'globalização da maternidade' são diferenciados para mulheres de classe média de países desenvolvidos e para mulheres imigrantes do terceiro mundo – as primeiras estão 'livres' para entrar no mercado de trabalho empregando as segundas no cuidado com suas crianças ou pais idosos. Segundo a autora, em ambos os casos, as esco-lhas são difíceis (embora sejam evidentemente mais duras para as mulheres do 'terceiro mundo').
>
> Estudos sobre globalização e gênero, que em geral se debruçam sobre os países pobres ou em desenvolvimento, trazem sucessivos relatos de mulheres migrantes que estão longe de seus filhos justamente para tentar ganhar dinheiro e enviar para seu sustento no país natal, situação que lhes traz profundos custos em termos psicológicos e pessoais – tal como evidenciam os dolorosos depoimentos de mulheres migrantes citados por Hochschild."

Essa transnacionalização dos encadeamentos de cuidados coloca as mulheres imigrantes no circuito da mercantilização dos cuidados e dos afetos no primeiro mundo, de que elas são as portadoras.

Em 2003, segundo a Divisão de População da ONU, o montante das remessas enviadas pelas/os imigrantes foi superior ao investimento estrangeiro direto mais a ajuda para o desenvolvimento.

Na introdução do livro *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy* (Babás, empregadas domésticas

e trabalhadoras do sexo na nova economia), editado em 2002 por Bárbara Ehrenreich e Arlie Russell Hoschschild, afirma-se que "o primeiro mundo adquire um bônus de cuidado enquanto o terceiro mundo sofre um déficit". Os custos emocionais das estratégias de sobrevivência das mulheres migrantes e seus filhos já têm sido objeto de estudos. Segundo essas autoras, a Unicef (1993) calcula que 1,8 milhão de crianças estão separadas indefinidamente de suas mães devido à migração, para realizarem trabalho doméstico em outros países. A obra menciona o grande contingente de empregadas domésticas nos Estados Unidos vindas sem os filhos do Caribe e do México.

Sassen (2006) avalia que, nos últimos anos, o trabalho das mulheres é central para manter o processo de globalização, e reconhece as migrantes como atoras econômicas cruciais.

Ehrenreich e Hoschschild (2002) dirigem sua indignação à exploração capitalista que abarca tudo que pode ser vendido e comprado, mesmo o "amor materno". Há a valorização e o ganho de *status* de mulheres que tenham uma babá amorosa, como acontece na Inglaterra e no Japão, vinda de determinados países da Ásia, por exemplo. E isso continua reforçando a divisão sexual do trabalho; os homens não compartilham as tarefas domésticas em nada e, segundo elas, se isso fosse possível, a natureza do trabalho mudaria. A esquizofrenia da mercantilização tem como lema irônico: "Outra mulher a ser explorada em vez de você!"

Nesse mesmo livro, as denominadas *global women* abrangem também as trabalhadoras do sexo (*sex workers*). Segundo as autoras, estas ocupam um nicho de mercado mais reduzido que o das trabalhadoras domésticas. Enquanto o tráfico de mulheres atrai mais atenção das agências interna-cionais nas

fronteiras, o turismo sexual, a indústria do entre-tenimento e as *private houses* fornecem serviços sexuais que são mais difíceis de estimar.

É preciso mencionar o papel dos Estados, que não raramente apóiam ativamente a família tradicional e os papéis de gênero enquanto, simultaneamente, encorajam a migração das trabalhadoras. O papel ambíguo de Estados em sustentar esse novo padrão do trabalho global das mulheres é uma questão-chave para futuras pesquisas.

Sassen (2006) aponta as características da prostituição e do tráfico ligadas à indústria do sexo e faz referência aos interesses dos Estados ligados ao turismo e lazer e acentuam a mercantilização das mulheres:

> "O quadro institucional do sistema econômico globalizado referente à regulação dos mercados e dos fluxos monetários internacionais contribuíram fortemente para a formação e o reforço de circuitos paralelos. Essas contra-geografias dão prova de dinamismo e mobilidade; até certo ponto, elas pertencem à economia subterrânea mas elas fazem uso da infra-estrutura institucional da economia formal. [...]
> Nos países em desenvolvimento, migrar em busca de um emprego ou se prostituir tornam-se estratégias de sobrevivência correntes. Em segundo lugar, a utilização de mulheres e crianças pela indústria do sexo e a colocação no trabalho de uma grande diversidade de pessoas tornam-se os meios ordinários de realizar lucros tanto por pequenos empresários quanto pelos sindicatos do crime mais e mais mundializados. Em terceiro lugar, as somas enviadas pelas emigradas a seus países de origem devidas à exportação organizada de trabalhadores, constituem, para os governos desses países,

fontes indispensáveis de divisas. As mulheres constituem de longe o grupo majoritário na prostituição e no tráfico ligado à indústria do sexo; elas estão também se transfor-mando no componente mais importante das migrantes por razões econômicas” (p. 79).

Sassen (2006) acrescenta ainda que:

“É dentro desse contexto, marcado pelo desemprego, a pobreza, a falência de numerosas empresas e a contração de recursos atribuídos pelo Estado aos programas sociais, que emergem tais circuitos alternativos de sobrevivência.
A utilização de mulheres pela indústria do sexo é uma fonte de lucros considerável para aqueles que o organizam. Segundo estimativas da ONU, 4 milhões dentre elas foram submetidas ao tráfico em 1998 e renderam 7 milhões de dólares aos grupos criminosos; essa cifra quase atinge 8 milhões em 2004. [...]
A prostituição torna-se, em certos países, o motor da expansão da indústria do entretenimento e lazer, e portanto, do turismo, como estratégia de desenvolvimento, que, por sua vez, aumenta os recursos do Estado” (p. 84).

Segundo Luciane Udovic (2006) , Secretária Continental do Grito dos Excluídos:

Nas Américas, a Relatoria Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) afirma, em seu relatório de abril de 2001, que as mulheres representavam 47,5% dos migrantes do continente [...]. A mulher migrante é também a principal vítima do tráfico humano que acaba conduzindo essencialmente à prostituição.

Somaly Mam (2006), prêmio Príncipe de Astúrias, destacou que é a mulher migrante quem mais sofre com o tráfico humano, muitas vezes submetidas a trabalho forçado ou à indústria do sexo. Ela lembra que 90% das mulheres prostituídas são vítimas do tráfico sexual e passam por situações traumáticas muito difíceis de serem superadas.

Por fim, relembremos o debate acima, realizado pela Marcha Mundial de Mulheres, dentre outros movimentos sociais, o qual apontou também para a cadeia de interdependência gerada pelas empresas, que incide na mercantilização da vida das mulheres. Transnacionais controlam a produção e distribuição de remédios, sementes e alimentos. Isso repercute em situações que envolvem cotidianamente as mulheres, ou seja, no cuidado da saúde, na alimentação e na pequena produção rural, e acaba tornando-as reféns da oferta articulada desses produtos, que se impõem como únicas alternativas naturais de consumo, já que são oferecidos com facilidade, devido aos *lobbies* e à propaganda.

Portanto, as possibilidades de a pequena produção no campo, na qual muitas mulheres costumam estar envolvidas, encontrar espaços para resistir ou concorrer com as grandes transnacionais, com um modo de vida tradicional ou alternativo, tornam-se cada dia mais difíceis. Por isso, na agenda dos movimentos de mulheres entra, atualmente, com destaque, a luta por soberania alimentar.

Com o objetivo de esclarecer esse componente fundamental para a reflexão sobre a atuação das transnacionais nos ramos mencionados, incluímos um trecho de artigo do ETC Group (2005):

> "Sobre o setor da indústria de sementes, é difícil separar os agrotóxicos (praguicidas) e as sementes, porque as mesmas corporações dominam ambos os setores e porque os produtos de sementes e agroquímicos são desenvolvidos e comercializados freqüentemente como produtos vinculados [...]. As dez maiores empresas têm 84% do mercado do setor agroquímico. Entre as 10 maiores indústrias de praguicidas do mundo estão: Basf, Syngenta, Dow, Monsanto, e entre as 10 maiores empresas de sementes estão: Monsanto, Dupont, Syngenta, Bayer etc.
> Quanto à indústria global de distribuição de alimentos, observamos que entre os 10 distribuidores de alimentos do mundo, em dados de 2004, temos os grupos WalMart (dos EUA) e Carrefour (França). Em 2004, os 10 maiores distribuidores de alimentos tiveram vendas combinadas de US$ 840 milhões, 24% das vendas globais, estimadas em US$ 3,5 bilhões".

O informe de 2004 sobre insegurança alimentar da FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) enfatizou o papel das cadeias de supermercados multinacionais e suas implicações para a segurança alimentar de trabalhadores e trabalhadoras em áreas rurais. Segundo a FAO, os supermercados podem ampliar as opções dos consumidores, baixar os preços para os compradores urbanos à sua conveniência, mas o domínio dos supermercados globais "também conduz a que um punhado de megaprocessadores e distribuidores tenham cada vez mais poder para impor padrões, preços e prazos de entrega". O informe enfatiza que os agricultores de pequena escala, que não conseguem firmar pé no mercado globalizado, estão arriscados a permanecer

na condição de uma minoria marginal e de excluídos do sistema alimentar como produtores e como consumidores.

> "A globalização das indústrias da alimentação e a expansão dos supermercados apresentam a oportunidade para alcançar novos mercados lucrativos, assim como um risco substancial para o aprofundamento da pobreza."

Apenas para relembrar, de acordo com o ETC Group (2005), o Wal Mart:

> "tem o recorde de ações legais por violação dos direitos trabalhistas, incluindo a ação mais escandalosa por discriminação no local de trabalho da história dos Estados Unidos: uma ação com a participação de mais de 1,5 milhões de mulheres contra o Wal Mart por discriminação na contratação e nas promoções trabalhistas".

Ainda de acordo com o ETC Group (2005), entre as maiores indústrias de processamento de alimentos e bebidas, em 2004, segundo a Global Food Markets, estavam Nestlé, Archer Daniels, PepsiCo, Unilever, Cargill, Coca-Cola e Grupo Danone. Essa concentração de todo o mercado de vendas atinge também toda a cadeia alimentar.

Voltando agora à noção de mercantilização no plano da publicidade podemos refletir que as mulheres estão no centro da economia simbólica da publicidade que agrega valor à marca das grandes empresas de alimentos e bebidas. Fontenelle (2002), citando um *ranking* da Interbrand sobre as dez marcas mais valiosas do mundo, revela o peso da marca no valor de mercado de uma companhia: em primeiro lugar vinha a Coca-Cola, mostrando que o valor da marca, em

bilhões de dólares, equivalia a 83,83 e o valor de mercado da empresa a 142,16, ou seja, a marca equivalia a 59% do valor total da empresa. Outro exemplo é o McDonald's, que estava em oitavo lugar no *ranking*: 26,23 (valor da marca); 40,86 (valor de mercado), caso em que a marca equivalia a 64% do valor da empresa.

O apelo publicitário mostra com freqüência uma mulher identificada com o objeto de consumo, despertando o desejo dos homens, ou uma dona-de-casa moderna, zelosa do amor materno e do bem-estar da família e de seus filhos, oferecendo produtos Nestlé ou Danone, por exemplo.

Assim, a marca acaba agregando mais valor a determinadas empresas do que seus próprios produtos e ativos, e são principalmente as mulheres as capturadas nesse circuito final como consumidoras ou estimuladoras do consumo. A marca é um fetiche que cria uma "ilusão necessária" (Fontenelle, 2002), tal como imagens de si em que as mulheres se vêem interpeladas a corresponder ao se tornarem objetos de desejo.

Ainda nessa mesma obra, Fontenelle comenta um programa da GNT, de 1999, chamado *Grandes Séries*, e reproduz as notas da produção de um comercial do McDonald's, mostrando o seguinte memorando que a autora reproduz:

> Alimento para o pensamento:
> McDonald's. *Girls, Girls, Girls*.
>
> Notas da produção enviadas da agência de propaganda à produtora antes da filmagem do comercial:
> "O objetivo desse comercial é convencer as meninas da faixa etária dos 10 anos, aos, digamos, 18 anos de que o McDonald's as compreende, simpatiza com elas e as admira. O comercial

é uma homenagem às mulheres. *Design* é a palavra-chave. Tudo deve ser considerado para dar ao espectador um visual de estilo e grafismo próprio das meninas. Já que o tema é 'meninas' o visual das cenas é da máxima importância. Cada objeto, adereço, roupa devem se complementar. A abordagem fotográfica deve ser leve, vivaz, ativa e inspiradora. [...] Para este comercial, visual, estilo e música são tudo. Sem isso, vai virar mais um anúncio chato para as meninas [...]. O objetivo é retratar jovens felizes em seu próprio mundo".

Vemos diariamente a publicidade converter a economia mercantil em economia psíquica do valor, desvelando a extensão da mercantilização a todas as esferas da vida.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. *A indústria cultural.* Escola de Frankfurt. São Paulo: Ática, 1996. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CADERNO DA *Marcha Mundial de Mulheres no Brasil*. Belo Horizonte: Encontro Nacional de 2006.

COLÓN, Alice y POGGIO, Sara. Economía globalizada: límites a la equidad de género. In: LEBLON, N. y MAIER, E. (coords.) *De lo privado a lo público. 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina.* Mexico: Siglo XXI:UNIFEM: LASA,2006. (Disponible en la biblioteca de la plataforma del curso economía feminista: texto complementar 2, módulo II/aula I).

CUNHA, Gabriela e FUENTES, Fernanda. Mulheres, Trabalho e Globalização: Gênero como determinante nos padrões globais

de desigualdade. *Revista Eletrônica Ártemis. N.4, julho de 2006.* UFPB: João Pessoa, 2006.

Ehrenreich, Barbara and Hoschschild, Arlie Russell. *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. New York: Metropolitan Books, 2002.

ETC Group, n. 91 nov.-dez. 2005, <www.etcgroup.org>. Acesso em outubro de 2006.

FAO. *State of Food Insecurity*, 2004

Fontenelle, Isleide. *O nome da marca;* MacDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2002.

Harvey, David. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola,1994.

Hoschschild, A. R. and Ehrenreich, Barbara. *Global Women: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy.* New York: Metropolitan Books, 2002.

Hirata, Helena. Por quem os sinos dobram? In: Nobre, M.; Godinho, T. et alli (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa das mulheres.* São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

Kurz, Robert. "Não rentáveis, uni-vos". *Carta Capital*, São Paulo, 22 out. 2003.

Lévi-Strauss, Claude. *Las estructuras elementales del parentesco.* Buenos Aires: Paidós, 1969.

Lukács, Gyorg. *Historia y conciencia de clase.* México: Grijalbo, 1969.

Marcuse, Herbert. *L'Homme Unidimensinnel*. Paris: Minuit, 1968.

Marx, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, t. I, p. 81

Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Ed. 70, 1992.

Polanyi, Karl. *A grande transformação*; as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Poulin, Richard. Quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de prostituição. In: Faria, Nalu e Poulin, Richard.

Desafios do livre mercado para o feminismo. Cadernos Sempreviva, n. 9. São Paulo: SOF, 2005.

SASSEN, Saskia. “Vers une alternative de la mondialisation: les circuits de survie et leurs acteurs”. *Cahiers du Genre*, n.40. Travail et mondialisation. Confrontations Nord/Sud. Paris: GERS/ L’Harmattan, 2006.

SCHWARTZMAN, SIMON. Resenha bibliogr´áfica 1980 (Polanyi, Karl. *A grande transformação*; as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980). Disponível em <www.schwartzman.org.br/ simon/polanyi.htm>.

SOF. *Sobre a mercantilização da vida das mulheres*. São Paulo: SOF, 2005. mimeo.

UDOVIC, Luciane. *Folha Feminista*, n. 61, São Paulo: SOF, jul.-ago. 2006.